

2ª quinzena de fevereiro de 2000

AD  
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 56

**Debate sobre a questão da autonomia universitária dividiu os docentes no 19º Congresso da Andes-SN, realizado entre 21 e 26 de fevereiro, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Na abertura do encontro, o presidente da Andes-SN, Renato Oliveira, traçou um quadro melancólico da luta pela autonomia no último ano e conclamou os professores a definir uma pauta de mobilização para o ano 2000**

Páginas 3 e 4



Redes de troca

*O escambo do  
ano 2000*

As redes de troca são, cada vez mais, uma opção para quem não dispõe de dinheiro, mas é rico em criatividade e força de trabalho. Instigante e polêmica, essa modalidade de Economia Solidária se expande à margem do mercado formal

Páginas 6 e 7





Obra de Stephen Quiller

## Os números do MEC

As dificuldades por que passam atualmente as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) são conhecidas de todos, especialmente dos que nela exercem suas atividades e até mesmo da própria sociedade. Esta começou a se dar conta do processo de estrangulamento a que estão submetidas as Ifes a partir do governo do Professor Fernando Henrique Cardoso. Os fatos, paradoxais, têm sido denunciados amplamente no meio acadêmico e fora dele, e até internacionalmente.

Apesar de todo este processo de desmonte de um patrimônio cultural, construído ao longo de muitas décadas, e que tem nítida orientação dos organismos internacionais que monitoram nossa política econômica, alguns números surpreendem. Sabe-se que a orientação governamental é de preservar a hegemonia do ensino e da pesquisa apenas em algumas instituições centrais, deixando às periféricas a incumbência de formação de mão-de-obra mais qualificada para operar um sistema econômico já predominantemente internacionalizado.

Esta formação de mão-de-obra, a cargo das Ifes, ditas menores, é um complemento do que já vem sendo feito pelas instituições particulares, confessionais e comunitárias, cuja expansão esta sendo dificultada, hoje, pela recessão da economia, que já provoca uma inadimplência da

ordem de 40%, o que coloca em risco todo o sistema. Os números levantados pelo MEC, em seu mais recente censo, em que pela primeira vez são hierarquizadas as instituições de ensino superior do país, mostram algo que a nós não surpreende. Apesar dos esforços governamentais de estrangulamento, os dados mostram que as Ifes ainda respiram, e bem. Melhor, muito melhor que as demais vocacionadas para o lucro e que não se adaptam a atividades de pesquisa, sem o que, comprovadamente, não se faz um bem ensino.

A Ufrgs, colocada em quinto lugar no ranking das nacionais, comprova

**“ Apesar dos esforços governamentais de estrangulamento, as Ifes ainda respiram, e bem ”**

o que sempre enfatizamos no meio acadêmico. É um prêmio para o movimento docente que, desprestigiado por mais de cinco anos sem reajuste e sem verbas de custeio, responde com o melhor do seu

esforço e talento, certo de que em um dia, que esperamos próximo, haja uma reversão desse quadro patrocinado pelos Professores Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato.

A Adufrgs, como entidade representativa dos professores de nossa universidade, ao registrar este fato, também comemora e se rejubila por constatar que nossa posição no conjunto das universidades brasileiras representa o resultado de um esforço coletivo de que todos devemos nos orgulhar.

## Pagamento de bolsas

O presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional (Andes-SN), Renato Oliveira, recebeu do Ministério da Educação, no dia 17, a garantia de retomada ainda este mês do pagamento das bolsas para os professores de 1º e 2º graus das instituições de ensino federal, interrompido em janeiro. Para tratar do assunto, foi realizada uma audiência no último dia 14, quando a entidade protestou contra a interrupção. O MEC prometeu decidir como procederá daqui para a frente em relação ao assunto, e prometeu uma solução definitiva para o caso. Um novo mecanismo de financiamento está sendo proposto.

## Suspenso o corte das FCs

Um mandado de segurança coletivo, ajuizado pela assessoria jurídica da Associação dos Docentes da Ufrgs (Adufrgs), suspende o corte do pagamento das Funções Comissionadas (FC) por parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) a todos os professores atingidos. A opção por um mandado coletivo se deu, conforme a assessoria jurídica, em função das férias e da iminência do corte dos direitos. Quem ajuizou ações particulares e não quiser figurar na ação do sindicato poderá solicitar seu desligamento. Apenas os sócios até a época do ajuizamento, dia 1º de fevereiro, estão listados no processo. Quem não estiver na listagem deverá ingressar com uma nova ação. Para isso, devem procurar a assessoria jurídica da entidade. Associados também devem entrar em contato com o sindicato, para

## Faculdade de Direito faz 100 anos

Dia 17 de fevereiro, a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) completou 100 anos de existência. Para comemorar a data, foi realizada uma série de solenidades e homenagens, tanto na universidade como fora dela. Dia 16, foi a vez do Conselho Superior da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Rio Grande do Sul (OAB/RS) homenagear a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, a primeira a ser criada no Estado e a sétima no País.

Em um século de vida, a faculdade de Direito formou seis mil advogados, tendo em sua história vários personagens da vida pública do Rio Grande do Sul. Passaram por ela, entre outros, Getúlio Vargas, João Goulart e Alberto Pasqualini. Júlio de Castilhos formou-se em São Paulo e Borges de Medeiros estudou em

preencher formulários, até o dia 15 de março.

## PEC 136 está parada

Continua parada na Câmara Federal a Proposta de Emenda Constitucional 136, que trata da contribuição dos inativos à Previdência Social. A PEC não tem previsão de data para ser analisada pela comissão especial que está tratando do pagamento ou não de INSS por parte dos aposentados.

## Prestação de contas gera impasse

A discussão sobre as contas do exercício de 1998 da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional (Andes-SN) dominou o 5º Congresso Nacional Extraordinário de Associações Docentes (Conad), realizado dia 20, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Após horas de acirrada discussão, a votação da prestação de contas do exercício de 1998 terminou empatada.

Para solucionar o impasse, a diretoria da Andes-SN decidiu propor a realização de um novo Conad Extraordinário. Até o fechamento desta edição, porém, a polêmica persistia.



Reni Jardim

Recife, mas foi também com incentivo deles - o movimento para a criação da faculdade reuniu vários juristas gaúchos - que a faculdade pôde realizar sua aula inaugural no dia 4 de maio de 1900, proferida por Plínio Casado.

Na foto, o governador Olívio Dutra bate o histórico sino que, por décadas, assinalou o início e o término das aulas.

### Diretoria



## 19º CONGRESSO DA ANDES-SN

**Os docentes do ensino superior devem ou não devem apresentar à sociedade brasileira um modelo jurídico da universidade autônoma? Este é o dilema que promete incendiar os debates do 19º Congresso da Andes-Sindicato Nacional, entre 21 e 26 de fevereiro, na cidade mineira de Juiz de Fora.**

# Projeto de autonomia divide docentes

**N**os textos preparatórios ao Congresso, a diretoria da Andes-SN assume a defesa de um projeto que contempla os princípios estatutários e a personalidade jurídica de uma universidade autônoma. Entre as proposições estão a instituição de um Sistema Nacional de Universidades Autônomas, composto pelas universidades federais, estaduais e privadas, e articulado por um Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior, com suas respectivas Câmaras. A idéia é que o Conselho tenha a participação da comunidade universitária, do poder público e da sociedade civil, cabendo-lhe a definição das metas estratégicas para o conjunto do sistema, de sua expansão e consolidação, bem como "a formulação da política nacional de avaliação de desempenho das universidades".

A proposta da Andes restringe a atuação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) às funções de "suporte técnico administrativo às universidades, sem as funções de tutela que o caracterizam atualmente".

## Financiamento

O financiamento seria garantido através de dotação orçamentária mínima, para o conjunto das universidades, "equivalente às respectivas despesas com pessoal acrescida de 25% destinados a custeio e investimentos, além de previsão de despesas extras com pessoal decorrentes de afastamento, licenças etc.". Caberia, ainda, ao Conselho Nacional propor outras fontes de recursos, "a fim de garantir a expansão do ensino superior público e gratuito nos níveis requeridos pela modernização da sociedade brasileira". O objetivo é impedir que a liberação de recursos continue sendo utilizada pelo MEC como instrumento de barganha junto às universidades, que lutam por sua sobrevivência.

## Controle social

Para as universidades está sendo proposta a criação de um Conselho Social nos moldes do Conselho Nacional. O objetivo é permitir a participação efetiva da sociedade na formulação dos planos estratégicos de ensino, pesquisa e extensão das Ifes. "A autonomia universitária, portanto, estará ancorada na sociedade, sendo cada universidade um espaço de formulação do interesse público, através da confrontação dos distintos interesses

presentes na atividade universitária - governamentais, sociais e os da própria comunidade universitária", explica o documento. Este modelo, acredita a diretoria da Andes-SN, "é uma forma de trazer para o espaço da gestão superior das universidades um tema caro à sociedade brasileira contemporânea: a ampliação das formas de representação dos interesses sociais nos mecanismos institucionais da democracia, recuperando a sua legitimidade".

## Modelo jurídico

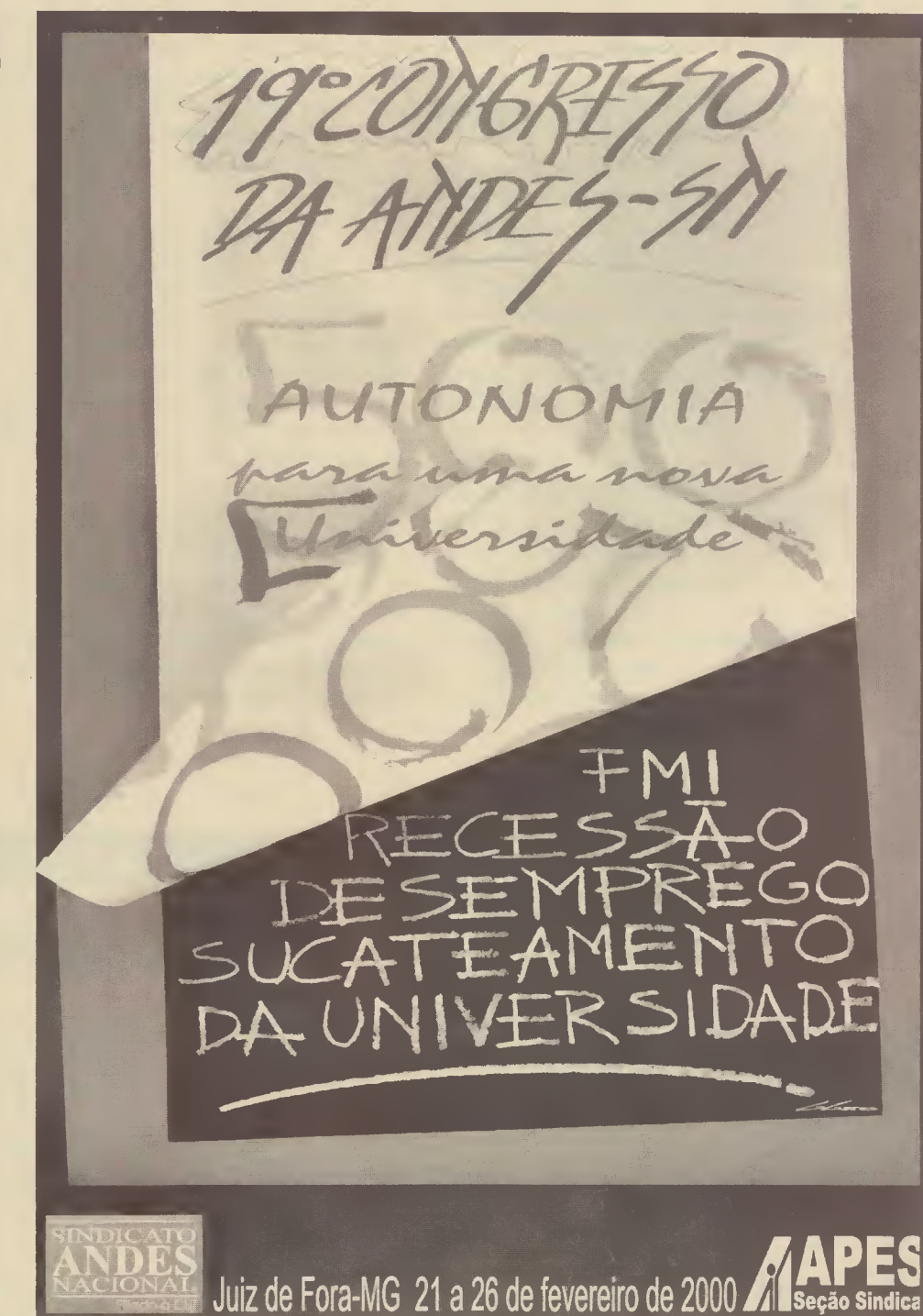
A criação de universidades, por sua vez, dependeria de lei, "precedida de parecer favorável do Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior". E, sendo entes públicos autônomos, terão procuradorias próprias, órgãos jurídicos de assessoramento dotados de poderes legais para a representação judicial da instituição, com independência técnica em relação aos órgãos dirigentes. Além disso, romperiam os vínculos - hoje existentes - de subordinação funcional ou técnica à administração central ou à Advocacia Geral da União, no caso das federais, às Procuradorias dos Estados, nos casos das estaduais, ou aos órgãos jurídicos das entidades mantenedoras, no caso das universidades privadas".

Os autores do projeto defendem, também, a criação dos seguintes órgãos de direção e deliberação das universidades: conselho universitário, reitoria, direções de unidades, conselhos de unidades, direções das unidades acadêmico-administrativas, conselhos das unidades acadêmico-administrativas e conselho social. Seus membros teriam mandato temporário de, no máximo, quatro anos e atribuições definidas em estatutos elaborados pelas respectivas comunidades e aprovados em assembleias gerais de professores, funcionários e estudantes.

## Divergência

Nem todos, porém, endossam a proposta que está sendo apresentada pela diretoria da Andes-SN. Na avaliação de alguns setores, a mesma proposta foi rejeitada em congressos anteriores porque não é uma estratégia eficaz de contraposição ao governo que, em repetidas ocasiões, vem tentando regulamentar - e restringir - a autonomia universitária consagrada na Constituição Federal.

Eles defendem a auto-aplicabilidade do art. 207 da Constituição Federal e o



princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, alegando que a apresentação de um projeto, como quer a diretoria da Andes-SN, "significaria assumir conscientemente o risco de restringir, através de norma hierarquicamente inferior, o que a Constituição de 1988 acolheu sem restrições; e, segundo, que o desrespeito governamental à autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES), ainda que aberrante, não pode ser eliminado com uma nova lei".

O problema da eficácia da norma - justificam - "não é de natureza jurídica, mas social e política". Logo, não pode ser resolvido "pela negociação em parâmetros definidos pelo poder institucionalizado", mas através da "mobilização". Do ponto de vista desses setores, a concep-

ção de autonomia defendida pelos docentes "acabou por ser contemplada no artigo 207 da Constituição Federal" e somente este dispositivo constitucional "pode nos oferecer alguma sustentação jurídica para a construção do nosso Projeto de Universidade".

Até 1995, quando ainda não havia início de desmonte da Constituição de 1988, ainda se apostava na obtenção, através da Lei de Diretrizes Básicas (LDB), de respaldo para a democratização das IES. O que se vislumbra hoje, na opinião deles, é a necessidade de "revogar inúmeros dispositivos autoritários, como a lei sobre escolha de dirigentes, a lei do Provão, que já constam do Plano Nacional de Educação (PNE) da Sociedade Brasileira, em tramitação no Congresso Nacional".



## 19º CONGRESSO DA ANDES-SN

**Esta edição do jornal Adverso foi fechada na quarta-feira, dia 23, em meio aos debates do 19º Congresso. No próximo número, divulgaremos as principais deliberações do encontro, que vai definir as políticas dos professores do ensino superior para o próximo período.**

# Professores definem prioridades

**N**a abertura oficial do 19º Congresso da Andes - Sindicato Nacional, segunda-feira à noite, dia 21, no Cine-Theatro Central de Juiz de Fora, Minas Gerais, centenas de professores universitários de todo o país começaram a elaborar uma plataforma de lutas em defesa da universidade pública brasileira, que segue ameaçada pela falta de recursos e de autonomia político-administrativa. No discurso de abertura do Congresso, o presidente da Andes-SN, Renato de Oliveira, fez um rápido balanço dos avanços e dificuldades encontradas no último ano. Segundo ele, o resultado da luta pela autonomia no último ano é melancólico. "As universidades privadas continuam autônomas, enquanto as públicas continuam heterônomas. Segue o processo de sucateamento das instalações, de arrocho salarial e de falta de autonomia administrativa dos reitores". Com tudo isso, acrescentou, "o Brasil continua com um dos piores índices de acesso de jovens entre 18 e 24 anos à Universidade".

Para o presidente da Andes-SN, uma

das principais novidades no último ano foi a tentativa, por parte de alguns governos estaduais, de dar um certo respaldo legal a esta situação. O estado do Paraná, por exemplo, tentou implantar um novo modelo normativo que, em nome da autonomia, constrangeu as universidades públicas a ir buscar recursos no mercado. Pernambuco e Rio Grande do Norte adotaram iniciativas semelhantes, que confundem autonomia com liberdade empresarial. "Assistimos à tentativa de implantação de um regime de liberdade empresarial - e dos riscos que tal regime comporta - em nome do projeto da autonomia. Mas tivemos também uma grande vitória, que foi o recuo do MEC na implementação do seu projeto de autonomia".

Renato de Oliveira conclamou os participantes do Congresso a dedicarem a semana de debates à elaboração de uma pauta de lutas para 2000, ano em que a discussão do modelo de autonomia a ser implementado nas universidades públicas entrará numa fase decisiva.



**Protestos:** em maio de 1998, professores, servidores e estudantes da Ufrgs reforçaram a mobilização em defesa da universidade pública. Diversas atividades marcaram as manifestações na capital gaúcha durante a última greve

Cláudio Scherer\* / 1º Secretário da Regional do RS da Andes - SN

## Autonomia universitária

A Constituição Brasileira de 1988 reconhece a Universidade como uma instituição autônoma, i.e., ela possui "autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial". O tema "Autonomia Universitária" está pautado para o 19º Congresso da Andes-SN a iniciar em 21 de fevereiro. Há, no seio do movimento docente, diferentes posições quanto à postura que deve ter a Andes-SN em relação ao tema. Uma corrente defende a idéia de que, dado que a autonomia da Universidade está reconhecida na Constituição, nada mais há a discutir, e muito menos legislar, sobre o assunto. A outra corrente, na qual me incluo, parte da constatação de que, na prática, as universidades públicas não são autônomas, apesar do ditame constitucional, e que a autonomia deve ser conquistada pela nossa luta.

A falta de autonomia das universidades públicas, na prática, acarreta grandes prejuízos ao seu desempenho e, portanto, à sociedade brasileira. Vejamos alguns exemplos. A Constituição diz que as universidades possuem autonomia de gestão financeira e patrimonial. Isto significa que elas devem gerir os recursos financeiros da maneira que julgarem mais conveniente, sem, naturalmente, estarem isentas do dever de prestar contas de sua gestão à Sociedade. Entretanto as universidades estão obrigadas a obedecer a chamada "lei das licitações", como qualquer outro órgão governamental não autônomo. Assim, quando necessita atualizar

um laboratório, por exemplo, entra num processo de licitação que às vezes leva mais de um ano e, quando finalmente consegue os equipamentos, estes já estão obsoletos. Tal procedimento só pode interessar aos defensores da privatização das universidades, servindo como argumento para afirmar que, enquanto públicas, elas são ineficientes.

A Constituição diz que a Universidade possui autonomia administrativa, mas há vários dispositivos legais que impedem o exercício dessa autonomia. Tanto a lei de diretrizes e bases da educação, criada após a promulgação da Constituição de 1988, como a recente "lei da GED" retiram dos departamentos universitários a autonomia plena para distribuir entre seus membros as atividades docentes (ensino, pesquisa, extensão e administração). Ao estabelecer mínimos de horas que um professor deve dedicar ao ensino em classe, essas leis afrontam a autonomia do departamento para decidir, por exemplo, que num determinado período um certo professor deve dedicar-se integralmente a uma outra atividade, que, suponhamos, só ele está qualificado para realizar, ou por outro motivo qualquer. Há uma profusão de práticas administrativas estabelecidas, baseadas ou não em leis, que afrontam a autonomia constitucionalmente garantida. As procuradorias que funcionam nas universidades comportam-se muito mais como braços da Advocacia Geral da União na universidade do que como órgãos auxiliares das mes-

mas, privando-as até mesmo da autonomia para decidir sobre a conveniência de recorrer à justiça em certas circunstâncias. A lei que determina como a universidade deve proceder para realizar uma consulta à sua comunidade com vistas à elaboração da lista triplíce para a escolha de reitor é mais uma flagrante violência contra a autonomia.

Em alguns dos exemplos citados acima bastaria, para restabelecer a autonomia, que fossem revogadas, ou consideradas inaplicáveis, as leis limitadoras. Em outros, entretanto, é necessário que os correspondentes dispositivos legais sejam substituídos por outros. Por exemplo, é óbvio que as atribuições, deveres e limites de poder das procuradorias das universidades autônomas devem estar disciplinados em uma lei orgânica. É claro também que, como gestora de recursos públicos, os gastos em custeio e capital das universidades devem obedecer a algum processo licitatório, que, no entanto, não pode ser o mesmo que vigora hoje para as instituições não autônomas, pelo enorme prejuízo que este causa ao bom desempenho das mesmas. É por isso que o movimento docente, honrando sua tradição de luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, tem o dever de participar, propositivamente, das mudanças legais e processuais com vistas a tornar a Universidade verdadeiramente autônoma.

\*Professor do Instituto de Física da Ufrgs



## EDUCAÇÃO

## Denúncias sobre MEC preocupam Andes-SN

Obra de Zoltan Szabo

O presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional (Andes - SN), Renato Oliveira, considera "preocupantes" as denúncias de ligações de funcionários do Ministério da Educação (MEC) com universidades privadas, publicadas na revista IstoÉ nas duas últimas edições de fevereiro. "Com relação ao comprometimento dessas pessoas, não temos nada a comentar. Mas sabemos que esses vínculos são verídicos, notórios", diz o sindicalista.

Para Oliveira, apesar dessas relações "não constituírem ilegalidade, fica evidente o problema ético, que deveria ser discutido pela sociedade". As matérias abordam denúncias de que o Ministério da Educação teria montado um esquema para favorecer universidades privadas, em que o secretário de Ensino Superior, Abílio Baeta, poderia estar envolvido.

Um dos exemplos desses envolvimento, segundo a reportagem, é o Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), que foi criado há apenas dois anos e já oferece vagas em 12 cursos. A proprietária do instituto, Eda de Souza, é casada com o chefe de gabinete do ministro, Édson de Souza. Ela teria

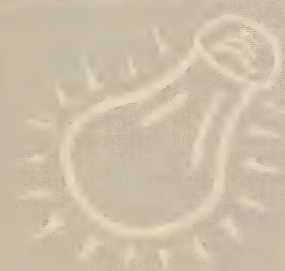
dito à revista que, depois de Paulo Renato, houve um "liberou geral" no ensino superior.

Oliveira entende que "o que deveria ser discutido", no entanto, é a relação do MEC com o ensino privado, em geral. "Se não houver um controle público sobre a expansão do setor privado e seu funcionamento, vai acontecer no ensino superior o que ocorreu na saúde a partir dos anos 70, quando a rede privada acabou com a possibilidade de políticas públicas para o setor". O que deve acontecer é a perda de capacidade de controlar o que está acontecendo no ensino superior no Brasil, conforme Oliveira. "Em nosso congresso, vamos tentar traçar como estratégia a luta pela ampliação do número de vagas e os investimentos no setor", diz Oliveira.

Dois requerimentos apresentados por deputados petistas pedem que o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, preste esclarecimentos à Comissão de Educação da Câmara. Um deles é assinado pelo deputado Gilmar Machado (PT-MG), o outro, por Nelson Pellegrino (PT-BA), em conjunto com o deputado Babá (PT-PA), Gilmar Machado, Fernando Marroni (PT-RS) e Professor Luizinho (SP).



## Fapergs quer criar cultura da pesquisa entre empresá-rios



Em busca de uma proximidade entre Estado e iniciativa privada, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) está incrementando sua forma de trabalho, propondo uma maior contrapartida das empresas em seus projetos. O objetivo, segundo o presidente da Fapergs, Pedro Dutra Fonseca, é criar uma cultura de pesquisa entre os empresá-rios. "Eles não costumam investir em tecnologia", afirma. Dentro desta idéia, dois dos três editais lançados este ano estão mais voltados para a tecnologia do que para a ciência e prevendo a participação dos interessados, em 20 e 30%. O Estado entra com R\$ 2,6 milhões.

Todo o ano são lançados editais para que pesquisadores se habilitem. Os projetos são examinados por um comitê. Na metade do ano, a Fapergs lança mais editais. A escolha dos temas passa por uma discussão mais ampla na entidade e junto a universidades.

O maior dos três editais, no entanto, continua tratando de pesquisa em geral. "É para desafogar a demanda de projetos destes últimos anos", diz Fonseca, acrescentando que apoiar áreas de acordo com a política atual não quer dizer abandonar a característica da Fundação, de fomento em pesquisas de todas as áreas. Este tipo de participação é uma prática na Fapergs há cerca de oito anos. No entanto, a contrapartida das empresas era de apenas 10%.

Outra novidade refere-se às características das próprias pesquisas. A idéia é que os trabalhos desenvolvidos tenham um caráter mais prático, com retorno na produção. É o que se chama de pesquisa aplicada, ao contrário da pesquisa básica que vinha sendo financiada, em sua maior parte, até agora pela Fapergs. Desde que mudou o governo, os editais estão tendo estas características. No primeiro semestre do ano passado, contemplaram-se projetos em políticas

públicas, ou seja, que beneficiassem diretamente a população. Um exemplo: pode ser feita uma pesquisa sobre o problema da mendicância nas cidades que pode dar idéias concretas de como acabar com o problema.

O primeiro edital do ano trata do Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e tem o valor de um milhão de reais. Serão atendidos projetos orçados em até R\$ 8 mil, com aplicação em um ano. Os interessados em participar podem se inscrever até o dia 17 de abril, enviando, pelo Correio, projetos à Fapergs (rua Carlos Chagas, 55, 3º andar, CEP 90030-020).

O edital 02/2000 trata de Apoio ao Desenvolvimento da Biotecnologia. Para participar é necessária uma interação entre grupos e Estado, por meio de consórcios - grupos de pesquisadores trabalhando em um mesmo tema. O valor total de recursos disponíveis é de R\$ 800 mil. Deste, 20% de cada projeto deverá ser de responsabilidade do grupo beneficiado.

Os recursos destinam-se a projetos de até R\$ 100 mil (R\$ 400 mil para cada quatro projetos); R\$ 50 mil (R\$ 200 mil para quatro projetos) e de até R\$ 20 mil (R\$ 200 mil para dez projetos). O prazo para o envio de projetos vai até o dia 24 de abril e a avaliação ocorre entre os meses de maio e junho.

O terceiro edital do ano trata de Estímulo à Adoção de Tecnologias Limpas, em que o Estado pretende estimular, entre outras coisas, o desenvolvimento de tecnologias apropriadas que possam ser aplicadas visando à redução do impacto ambiental. O total de recursos para o edital é de R\$ 800 mil. A metade é destinada a projetos com valor até R\$ 50 mil. A outra metade contemplará projetos com teto em R\$ 30 mil. Cada empresa que desejar participar deverá contribuir com no mínimo 30% do total. Os projetos deverão ser encaminhados pelo Correio à Fapergs até o dia 28 de abril.







# Guerra fiscal e crise no País



Paulino Menezes / Palácio Piratini

Entre 1870 e 1970, a economia brasileira registrou o maior crescimento dentre todas as nações do mundo, embora praticando uma brutal concentração de renda e riqueza. As últimas três décadas, entretanto, trazem uma sombria novidade: a partir dos anos 70, passamos a crescer muito pouco ou quase nada,

com o endividamento externo e interno, a "explosão" dos juros, a elevação dos preços e um brutal aumento da desigualdade e da pobreza no país.

O Plano Real, deflagrado há cinco anos, é o "climax" da ideologia neoliberal e a consolidação de seu ideário no Brasil: combate-se a inflação, a economia é escancarada, são adotadas metas rígidas de controle fiscal com a diminuição do gasto público, do fim de direitos e conquistas dos trabalhadores e da venda do patrimônio público. A inflação menor resulta de salários menores, do desemprego crescente, da redução da demanda agregada interna. Baixas taxas de investimento provocam modestíssimas taxas de crescimento do PIB.

Este cenário é agravado pela falta de um projeto nacional de desenvolvimento e da inexistência de políticas agrária e industrial, criando um ambiente desagregador, de disputa, que alimenta iniciativas isoladas. Se não há um caminho para o país, os estados trilham - via guerra fiscal - um "descaminho", que é a expressão pública de uma crise político-institucional séria que rompe o pacto federativo e enfraquece ainda mais o já debilitado projeto de Nação.

Desrespeitando a Constituição, os estados manipulam o ICMS e a concessão de benefícios, especialmente a devolução da parcela do imposto que caberia aos outros estados disfarçados na forma de empréstimos subsidiados, reduzindo as receitas estaduais. Dissemos que o Plano Real não era bom para o Brasil e que seria pior para o Rio Grande do Sul. A partir dele o país cresceu apenas 2% ao ano, o desemprego atingiu 20%, as concordatas e falên-

cias se multiplicaram. Aqui no Estado os efeitos foram ainda mais devastadores: entre 1995/98 crescemos 0,8% ao ano e a renda "per capita" diminuiu. A reversão desta tendência ocorre em 1999 favorecida pela desvalorização cambial e pelo bom desempenho da agricultura.

Afirmamos, também, que benefícios fiscais e doação de recursos públicos para atrair megainvestimentos - como centro de uma política de desenvolvimento - eram um grande equívoco. Os promotores desta política diziam que a indústria automobilística - a qualquer preço e bancada pelo Tesouro - modernizaria a matriz do Estado, proporcionando o "grande salto transformador". Alertávamos: esse discurso é puro marketing, só é possível crescer e desenvolver uma economia apoiando e favorecendo suas potencialidades, fortalecendo sua matriz, desconcentrando, integrando setores e sub-setores. É o que estamos fazendo, com a criação um embrião do programa de apoio aos sistemas locais de produção.

Os números das contas estaduais do Brasil do período 1985/97, recentemente publicados, mostraram que o Rio Grande do Sul superou Minas Gerais, transformando-se no segundo PIB industrial do país, apesar da implantação e consolidação da FIAT naquele Estado.

Denunciamos, também, as "benesses" do Fundopem no governo anterior: foram R\$ 5,2 bilhões de incentivos em quatro anos, sendo a metade em benefício de apenas 10 empresas. Além dos incentivos desmesurados e escandalosos, que não resistiriam ao primeiro exame e medição da relação custo-benefício, acirrou-se, também, a disputa pelos investimentos através da "guerra das alíquotas de ICMS". Guerra irracional na qual todos perdem:

- a troca dos critérios de eficiência econômica por artificialismos tributários na localização de uma indústria acaba por reduzir o custo privado da produção e aumentar seu custo social.
- não cria empregos, apenas muda o endereço

dos desempregados.

- o subsídio concedido é bancado pelos estados onde a mercadoria é consumida.

Desde que assumimos o Governo, temos combatido esta guerra predatória que desorganiza a economia e as cadeias produtivas e produz distorções concorrenciais para as empresas que não recebem os benefícios. No Supremo Tribunal Federal obtivemos três liminares favoráveis ao Rio Grande do Sul relativas à guerra fiscal entre os Estados: suspensão do decreto de São Paulo em que os estabelecimentos abatedores de aves praticavam carga tributária de 0% e contra as leis de São Paulo e Santa Catarina que reduziram a alíquota do ICMS dos automóveis de 12 para 9%.

Em 25 de janeiro de 2000, publicamos decreto que prevê a proteção à economia gaúcha contra a guerra fiscal. A medida estabelece que mercadorias vindas de outros Estados que provierem de empresas beneficiadas por incentivos fiscais inconstitucionais poderão ter o ICMS cobrado por ocasião da entrada dos produtos no estado, na proporção do benefício ilegal concedido no estado de origem.

Em recente visita ao Estado, FHC faz discurso contra a guerra fiscal, mas o seu governo foi responsável, em 1999, pela concessão de R\$ 9 bilhões de incentivos fiscais, sendo que o setor automotivo recebeu R\$ 1,2 bilhões. Para o governo Olívio Dutra, o verdadeiro caminho para o Rio Grande do Sul está na consolidação de um modelo de desenvolvimento que potencialize as matrizes econômicas junto com a recuperação financeira, principalmente da arrecadação do ICMS que representa mais de 80% da receita tributária do Tesouro. Em alguns anos, o ICMS já representou 8% do PIB do Estado mas, no Governo anterior, a média situou-se abaixo dos 5,5%. Este dado indica que, via redução de renúncias e isenções e com o combate à sonegação, será possível recuperar os serviços públicos do Estado e investir na melhoria da qualidade de vida da população.

Ibanes Lemos





**Os que solicitam, determinam, executam ou fazem executar ordens arbitrárias devem ser castigados; porém, todo cidadão chamado ou detido em virtude de lei deve obedecer instantaneamente; torna-se culpado pela resistência.**  
(Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. França, 1789)

# Pagamento de precatório é direito humano

Francis Campos Bordas\*

A história se repete. Novamente, o MEC faz pouco caso das ordens judiciais que recebe e **não faz o repasse dos precatórios** do ano de 1999. O prazo que a lei fixa para pagamento expirou em dezembro de 1999. Qual a desculpa? De que o MEC estaria revendo a legalidade destes pagamentos. Ou seja, aquele que deve cumprir uma ordem judicial definitiva (contra a qual não há mais alternativa que não a de cumpri-la, ou praticar um crime ao desobedecê-la) vai "decidir" sobre a legalidade desta ordem. Convenhamos, onde está dito que Ministro tem o poder de decidir se obedece ordem de juiz? Pois bem, esta é a situação dos precatórios devidos pelas autarquias ligadas ao MEC.

Com relação à Ufrgs, é importante informar que de acordo com levantamentos do MEC, dos 215 precatórios, 210 estão em ordem e 5 aguardam "diligências". Até que estas diligências sejam feitas, nenhum precatório será pago. Cabe informar, também, que o MEC sequer fez solicitação de remessa de dinheiro à Secretaria do Tesouro Nacional. Ou seja, quem tranca o pagamento dos precatórios é o MEC.

Frente a isso, a assessoria jurídica dos sindicatos dos servidores e professores da Ufrgs agendou reuniões com os procuradores da República da área criminal e de defesa dos interesses difusos (Ministério Público Federal) para apresentar denúncia formal.

Na representação, os sindicatos denunciam os crimes de responsabilidade e desobediência à ordem judicial, entre outras inúmeras práticas ilícitas.

Além disso, o ingresso do pedido de impeachment no Supremo Tribunal Federal (STF) é medida a ser oportunamente adotada, porém precedida de uma mínima divulgação, para que a sociedade saiba desta escandalosa afronta ao Judiciário.

Paralelamente, busca-se agendar com o Presidente do STF uma visita das lideranças sindicais para que o Judiciário tenha consciência do grau de deterioração da força coercitiva de suas decisões, o que, em última análise, importa em quebra da tradicional regra da separação dos Poderes. Agora, o Executivo decide se, e quando, a ordem do Judiciário será cumprida, bem como, ignora que o Legislativo lhe impôs o último dia de 1999 como data limite para pagamento.

De acordo com a lei e a Constituição, o precatório é uma ordem judicial de pagamento e, para garantir que seja pago, é incluído no orçamento anual. Os precatórios que deveriam ter sido pagos no exercício de 99 foram incluídos na previsão orçamentária de 99 até 1º de julho de 98. Ou seja, o Governo teve, no mínimo, um ano e meio para programar o pagamento e não o fez.

Por mais razoável que seja - e louváveis são as iniciativas - evitar alguns excessos contra o erário (frise-se que estes são excepcionabilíssimos), não é possível que, sob esta "bandeira", o MEC ignore que existe uma lei maior que estabelece um prazo fatal. A própria sistemática do precatório (inscrição no 1º semestre do ano anterior ao pagamento) existe para que estes abusos sejam corrigidos antes do fim do prazo fatal. A impunidade, em síntese, impera nos mais altos escalões do Governo.

A efetiva prestação jurisdicional é direito fundamental do homem, consagrada no art. VIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948, o acesso ao Poder Judiciário:

"Artigo VIII - Toda pessoa tem o direito de receber dos tribunais nacionais

competentes recurso efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei."

Assim, não basta o exaurimento das questões jurídicas no processo se, logo após, admite-se, impunemente, o desfazimento das decisões ou sua simples ignorância. Acentua, assim, a brilhante obra de Ihering que "o direito à jurisdição, como posto no sistema constitucional contemporâneo, inicia-se com a demanda da prestação e aperfeiçoa-se com a eficácia da decisão jurisdicional proferida" (Rudolf Von Ihering, *A Luta pelo Direito*). Diríamos mais: a segurança jurídica e a certeza do direito reclamam da necessidade da consequente conservação dessa decisão e sua eficácia. O ato omissivo do Ministro da Educação é exemplo perfeito de como o Governo Brasileiro sistematicamente desobedece direitos fundamentais do homem. E imaginem vocês que ele é professor, de quem normalmente se espera um bom exemplo. Aliás, o chefe do Ministro, Presidente da República, também é.

\*Assessor Jurídico da Adufrgs

Ricardo Fraga / Juiz do trabalho e Secretário de Valorização Profissional da Amatra - RS

## Inovações trabalhistas

Está sancionada a Lei estabelecendo o Procedimento Sumaríssimo. Estabelecer prazos curtos para o juiz é tentar ofuscar que não surgem deste as demoras das soluções e, nem sempre, se pode exigir sentença na própria audiência. De qualquer modo, reconhecer ao Juiz de primeiro grau maior liberdade para determinação das provas é razoável. Também a restrição da limitação a duas testemunhas, ao contrário de três no procedimento ordinário, é aceitável, máxime, a exigência cada vez maior de prova documental quanto aos contratos de trabalho.

A inovação mais expressiva talvez estivesse na limitação dos recursos aos casos de violação literal da lei, súmulas(?) e da Constituição Federal. Esta regra, que recebeu o veto do Presidente da República, era bem clara quanto ao recurso ordinário nestas: "somente será cabível por violação literal da lei, contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou violação direta da Constituição da República, não se admitindo recursos adesivos".

Ficou esta inovação para outro mo-

mento histórico, agora perdido.

O veto antes mencionado demonstrou a pouca vontade política em buscar transformações mais expressivas. Ainda no ano de 1999, outra oportunidade de nos aproximarmos da celeridade processual foi perdida. Na Comissão da Reforma do Poder Judiciário, chegou a ser proposto, para constar no próprio texto constitucional, que: "ao reformar decisão o tribunal deve resolver o mérito, mesmo que a decisão recorrida se tenha omitido sobre as alegações das partes ou seja nula, ressalvada a necessidade de produzir-se prova", conforme Sub Relatório do deputado federal José Roberto Batochio, de 12 de maio de 1999. Esta inovação, todavia, foi abandonada já no Substitutivo do então deputado federal Aloysio Nunes Ferreira.

Assinale-se que o Projeto do rito sumaríssimo estava acompanhado de outros que, ao final de julho de 1999, o Presidente da República recebeu de seus Ministros do Trabalho e Ministro da Justiça, num total de sete propostas. Em seu conjunto alteram profundamente as re-

gras de Direito Processual do Trabalho.

A mais polêmica destas sete propostas está na criação de Comissões de Conciliação Prévia nas empresas com mais de cinquenta empregados, sendo condição para o ajuizamento de ação judicial, e devendo o Juiz ratificar o ajuste, salvo "motivo sério e relevante", o que, certamente, trará inúmeros questionamentos e "preliminares processuais" inclusive sobre sua constitucionalidade.

Os demais tramitam no Congresso Nacional com os números 4.696 e seguintes, mantidos os textos básicos das mensagens ministeriais. Entre estes outros, estão a atualização do atual artigo 818 da CLT sobre provas e uma nova redação ao artigo 467 da CLT, sobre penalidades relativas a parcelas incontroversas não pagas na primeira audiência, não mais limitando-o aos casos de rescisão contratual, todavia, exigindo valores líquidos.

Aquelas outras propostas, ainda tramitando no Congresso Nacional, igualmente, tratam da exigência de dois anos de prática forense para ingresso na ma-

gistratura do trabalho, previsão de continuidade da execução no juízo trabalhista mesmo com falência, possibilidade de execução contra sócios e administradores de S.A.s em casos de violação à lei, o que já vem sendo aceito pela jurisprudência.

Cuidam, ainda, estas outras propostas, da suspensão da execução em caso de procedência da ação rescisória, ainda que pendente recurso nesta, o que implicaria ainda maior demora nas soluções dos processos, novo regramento sobre recolhimento de custas e emolumentos e exigência de Certidão Negativa para participação em licitações previstas na Lei 8.666.

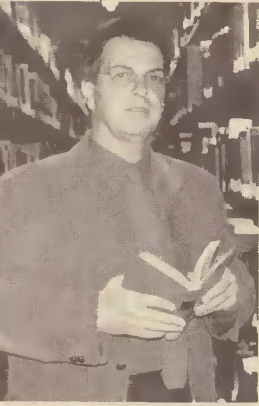
Na verdade, somente o desenvolvimento econômico do País permitirá o aperfeiçoamento mais duradouro de suas Instituições, entre elas a Justiça do Trabalho. Até lá, o respeito à cidadania e democracia nas relações do trabalho será buscado, apesar de todas as amarras de arcabouço legal insuficiente.

O resumo deste texto foi publicado no Correio do Povo de 16 janeiro de 2000



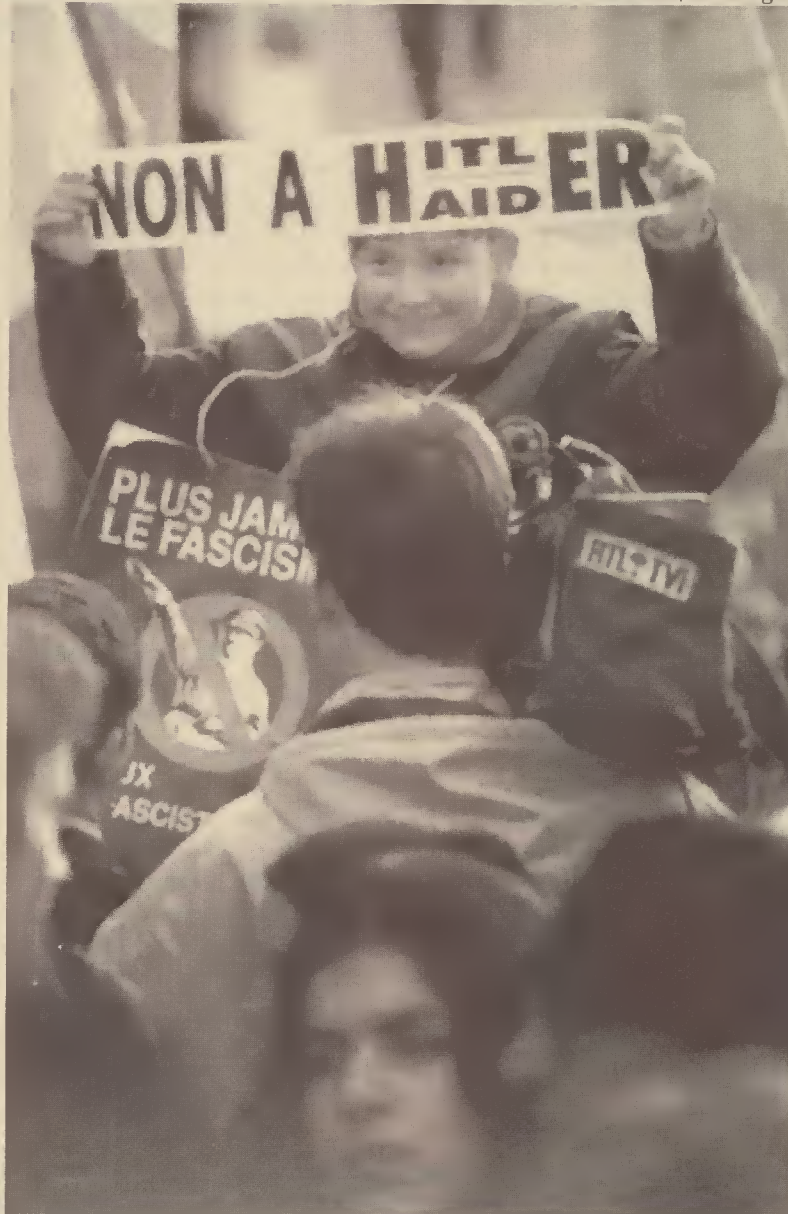
Paulo F. Vizentini\* / Diretor do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados - Ufrgs

Ibanes Lemos



# Novamente os fantasmas da Áustria

AP Photo / Yves Loghe



O triunfo eleitoral da extrema-direita austríaca, com a consequente formação de um governo de coalizão que tem à frente um primeiro-ministro dessa corrente, está inquietando a Europa e o mundo. Como foi possível que isto ocorresse e que consequências pode acarretar?

Em primeiro lugar, chama atenção que um país neutro no plano internacional, que construiu um dos mais sólidos Estados de bem-estar social da Europa, que tem sido governado há longa data pela social-democracia, e que mantém um nível de prosperidade melhor que muitos parceiros da União Européia, assista à emergência de um governo liderado por um partido neonazista. O fato de Hitler ser natural da Áustria não explica o fenômeno. Este país tem estado dividido entre ultraconservadores (especialmente nas zonas rurais do sul) e progressistas (particularmente nas zonas industriais urbanas) e, durante a ascensão do fascismo, os operários de Viena insurgiram-se pelas armas, tendo sido derrotados.

Durante a Guerra Fria, como em outros países europeus, as bases sociais do fascismo não foram senão superficialmente afetadas, na medida em que, no contexto do conflito Leste-Oeste, o apoio da extrema-direita contra a esquerda sempre foi bem-vindo. Apenas necessitava manter certa discrição, pois o Ocidente deveria mostrar sua face democrática como parte do conflito ideológico internacional. Contudo, o desaparecimento do bloco soviético e o fim da Guerra Fria alteraram os dados do problema. Os velhos fantasmas começaram a ressurgir.

Em meio ao crescimento do desemprego e à incerteza face ao futuro dentro de um mundo que se "globaliza", numa época em que a esquerda sofreu um recuo considerável, a extrema-direita voltou a se manifestar e ampliar seu eleitorado. Afinal, a "modernidade" neoliberal está combinando inovação tecnológica (no Primeiro Mundo) com retrocesso social (em todo planeta). Portanto, a questão é que o problema não é apenas da Áustria. Em meados da década, os separatistas do norte e os

neofascistas italianos estiveram no poder, enquanto investigações mostravam que grupos neofascistas foram mantidos ativos como força auxiliar da OTAN (a Organização Gládio, por exemplo).

"Descobriu-se", ao mesmo tempo, que, dos anos 30 aos 60, governos social-democratas suecos utilizaram políticas inspiradas pelos nazistas, como a esterilização de pessoas de outras raças ou portadoras de certas doenças. Algumas indenizações trouxeram novamente o silêncio. O herói polonês do anti-comunismo Lech Walesa, assim que chegou ao poder, proferiu desconcertantes discursos anti-semitas, num país onde praticamente não sobreviveram judeus. Ao mesmo tempo, o chamado "revisionismo histórico", que entre outras coisas nega que o III Reich tenha exterminado premeditadamente judeus e ciganos, mas também

poloneses e russos, ganhou preocupante popularidade.

O que as sociedades contemporâneas têm para contrapor a este preocupante fenômeno? Um discurso ufanista sobre a globalização e o livre-mercado, uma Terceira Via produzida por agências de publicidade e um duvidoso ideal de modernidade que é defendido por quase todos as correntes políticas contemporâneas. E quando isto falha, como no caso da Áustria, as pressões institucionais exercidas por organismos como a própria União Européia e as recriminações da Casa Branca. As manifestações anti-fascistas de massa, aglutinando indivíduos dispersos que têm atuado pouco politicamente, impressionam por alguns dias e depois se dispersam, pois, segundo Castels, vivemos uma "sociedade em rede".

A ascensão do neonazismo ao poder (ainda que negue sua identidade), no centro da democracia ocidental, constitui uma espécie de "fundamentalismo laico" das sociedades ricas. No caso austríaco, movido pelo velho conservadorismo, anti-semitismo e pelo novo medo de perder o nicho de prosperidade, em meio a um mundo em rápida e incontável mudança. Pior, sem uma esquerda forte e organizada para servir de contrapeso, e com uma população passivizada e atomizada pela disciplina social intrínseca à sociedade de consumo do Primeiro Mundo.

Provavelmente a extrema-direita austríaca será estrangida internacionalmente a recuar, e novamente tudo será considerado um episódio isolado. Mas, para os atentos, a advertência foi feita, revelando a fragilidade das sociedades contemporâneas. Meio século depois da derrota (mas não da destruição) do nazismo, e no limiar do Terceiro Milênio, parece que os velhos problemas não foram superados. A atenção às inovações tecnológicas não tem sido acompanhada pela preocupação com os crescentes problemas sociais e o esvaziamento da própria política. Isto é perigoso, pois, como afirmou Goya há mais de dois séculos, "o sono da razão engendra monstros".

\* Professor Titular de História Contemporânea

## PERFIL

Viena, a capital da Áustria, fica no nordeste do país, onde é cortada pelo rio Danúbio. Nela respira-se música, aspira-se o perfume das flores e sente-se a nostalgia da época em que o império austro-húngaro tinha papel decisivo no xadrez político da Europa. É na música que a Áustria tem os seus mais célebres representantes. Pelos menos quatro dos mais geniais da música de todos os tempos nasceram no país:

Mozart, Haydn, Schubert e Strauss. A população inteira da Áustria é menor que a da cidade de São Paulo. Em São Paulo, na verdade, moram uma vez e meia mais pessoas do que na Áustria.

### Pontos fortes

Grande base industrial. Fortes indústrias químicas e petroquímicas. Setor de engenharia elétrica. Indústrias de processamento de madeira e de têxteis.

Força de trabalho altamente habilitada. Amplo setor turístico.

### Pontos fracos

Carência de recursos naturais. Dependência de matérias-primas importadas, em particular de petróleo e gás natural. Altos níveis de subsídios à indústria estatal. Sistema bancário fraco e excessivamente regulamentado.



# O Paraíso na Terra



Obra de Inês Benetti

**Q**ualquer pessoa comum tem ouvidos que escutam o rugido do jaguar. Tem olhos capazes de ver a cor da bocaiúva madura. Tem língua para distinguir a doçura do guabiju e da pitanga ou o amarginho da bebida caá-i. Pelas narinas lhe chega o catim, o cheiro forte, do gambá. A pele lhe diz se a água do itacuguaá esfriou. Através desses sentidos ele se integra ao ambiente que é seu mundo.

Há outros três mundos, porém.

O primeiro destes se denomina Ibá. Poder-se-ia aproximá-lo da idéia de paraíso celestial. É inacessível a qualquer mortal. Trata-se do reino de Nhandevuruçu, com seu ybyraiá Mbaecuaá.... Sem nenhum ligação direta com a esfera dos humanos.

Há outra circunscrição, de luz resplandecente, à qual os kaiovás chamam Kéy. Nessa órbita se expande a força solar, Quarahy. Acreditam os kaiovás que, com intensa concentração espiritual pode-se obter a visão do Kéy; e, dizem, basta que alguém tenha tido uma vez a graça de ver Kéy para que não tarde a morrer, levado pela ardente aspiração de vê-lo para sempre.

Situada na Terra mesmo, mas com localização in-

definida, existe a morada de Nhanderiquei com seu ybyraiá Tiviry: é Ibi-Maré, a Terra-sem-Males. Nos primeiros tempos que se seguiram ao Iporú e à reconstrução da humanidade foi bem mais fácil alcançá-la: bastava que os corações unidos clamassem com veemência pedindo que Nhanderiquei viesse buscá-los. Depois, com a gradativa dispersão das gentes e gradativa distorção das tradições doadas, foi se tornando cada vez mais rara a indispensável unidade capaz de levar, por dentre tantas trilhas, ao caminho bem-aventurado.

Pode-se alcançar o Ibi-Maraé após a morte ou no transcurso da própria vida. Na própria vida, longas migrações têm sido realizadas por tribos inteiras sob a égide de um profeta caraí, no ímpeto de desvendar o peá ou estrada da ventura.

Ombiás crêem que, chegando ao paraíso, antes de mais nada, hão de encontrar excepcionais terras para o expandir de lavouras. Com isso entenda-se que o trabalho faz parte da bem-aventurança e só se torna ruim quando se deixa sufocar pela incerteza e sofrimento.

No fundo, o paraíso alcançável outra coisa não é

senão a continuação da existência terrena, mas sem as privações e dissabores que estigmatizam a vida cotidiana. No Ibi-Maraé, por exemplo, desaparecem as doenças do corpo e do espírito; e nos reaparecem, vivos, os bons companheiros de quem um dia a morte nos privou.

Em suma: a Terra-sem-Males é nossa própria Terra, sanada das imperfeições humanas que ainda persistem. Nhanderici continua amavelmente à nossa disposição. Nós é que precisamos abrir a senda capaz de conduzir à sua plenitude. O Caminho procurado subordina-se à nossa reflexão e vontade. Está dentro de nós e não lá fora.

O caminho para chegar à Terra-sem-Males é interpretado como um caminho espiritual.

Procure-o dentro de si.

No dizer de um kaiová:

-Sem caminho, não se chega ao lugar que se pretende alcançar.

Barbosa Lessa in Era de Aré/Editora Globo, 1993

## ORELHA



### Reestruturação produtiva e relações de trabalho

Márcio Pochmann (coord.)

Primeiro e importante passo para o conhecimento e a democratização da já extensa produção acadêmica sobre o tema no Brasil. Realização Unitrabalho. Artchip Editora. 270p.



### Técnicas para o trabalho de orientação profissional em grupo

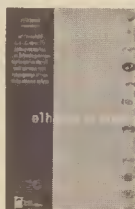
Maria Célia Lassance (org.)

Material que profissionais poderão utilizar como ponto de partida e reflexão para seu trabalho. Editora da Universidade. 174p. R\$ 15,00.

### Olhares cruzados

Zilá Bernd (org.)

O livro apresenta uma desafiadora temática de identidade, tratada na perspectiva da Europa e da América Latina, com o concurso de intelectuais europeus e latino-americanos. Editora da Universidade. 135p. R\$ 11,00.



## HEMEROTECA

### Jornais Diários

Zero Hora  
Correio do Povo  
Folha de S. Paulo

## WWW

### Áustria

☒ [http://fullcoverage.yahoo.com/full\\_coverage/world/austria/](http://fullcoverage.yahoo.com/full_coverage/world/austria/)  
Informações gerais sobre a Áustria

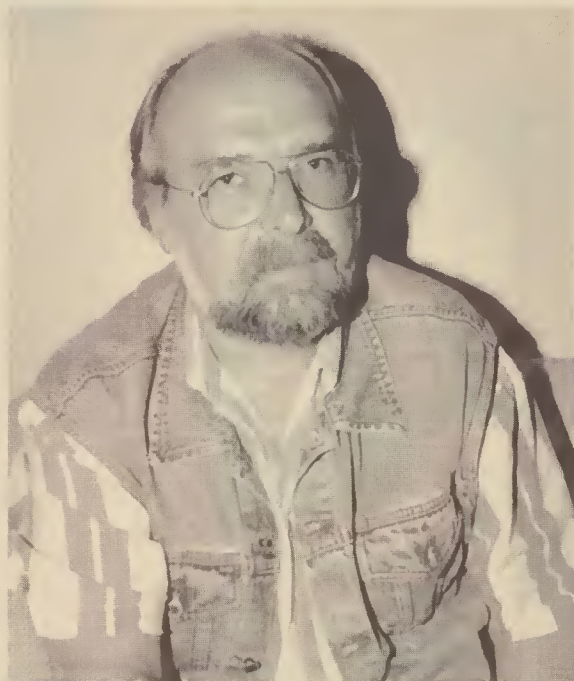
### Mais países

☒ [www.virtualcountries.com/](http://www.virtualcountries.com/)  
Informações sobre diversos países do mundo, em inglês

FAÇA COMO  
FERNANDO  
HENRIQUE,  
QUE JÁ DOOU  
DEZENAS DE  
ÓRGÃOS  
PÚBLICOS  
PARA  
EMPRESÁRIOS  
CARENTES!







Toussaint: sem avanços no debate sobre a dívida

## Anulação da dívida Ricos fazem jogo de cena

O escritor Salman Rushdie (autor de Versos Satânicos) já havia pedido pela imprensa mundial o que considerou um "presente cristão" aos mais pobres, com a anulação dos controversos compromissos externos das nações excluídas, sob pena de os mais ricos terem que arcar com um mundo entregue às consequências da barbárie. O ano 2000 chegou e nada do presente. Apesar do estardalhaço na mídia, o "perdão" da dívida a países pobres ficou mesmo, pelo menos até agora, só na conversa. Foi na metade do ano passado que os sete países mais ricos do mundo, integrantes do G7, mais a Rússia, participaram de um encontro em Colônia, na Alemanha, quando anunciaram a anulação de 70 bilhões de dólares em dívidas de países do Terceiro Mundo. Depois de tanta pressão, o Fundo Monetário Internacional (FMI) também levantou, discretamente, a bandeira do perdão, anulando as pendências de pouco mais de 30 países, o que significa uma ínfima parte do problema. Na Europa, várias centrais sindicais, ONGs, intelectuais e outros movimentos sociais incorporam essa idéia há pelo menos quatro anos. A mais importante delas, o Comitê pela Anulação da Dívida Externa do Terceiro Mundo, é sediado na Bélgica. O economista, cientista político Eric Toussaint, que coordena os trabalhos, é um especialista em dívida externa do Terceiro Mundo. Nesta entrevista, concedida a Sergio Ferrari, do Serviço de Imprensa da ONG E-Changer, ele trata de como os países mais poderosos vêm sistematicamente protelando essa urgente medida.

**AD** **verso** - Estão havendo avanços realmente significativos para os povos do sul em relação à temática da dívida, desde a Cúpula de Colônia (Alemanha), em junho de 1999?

**Eric Toussaint** - Absolutamente. O G7 anunciou euforicamente em Colônia a anulação de uns 70 bilhões de dólares. Na verdade, como antecipei naquele momento, e que agora é corroborado por outros estudos - entre os quais um informativo elaborado pela Oxfam Internacional -, esta cifra limita-se a uns 25 bilhões de dólares, montante que significa somente 12% da dívida global das 41 nações mais empobrecidas (que, segundo o banco Mundial, chegava em 1998 a 205 bilhões de dólares), mas apenas 2% da dívida total do denominado Terceiro Mundo.

**Adverso** - Em setembro e outubro de 1999, tanto a Comunidade Européia como o presidente americano reiteraram algumas dessas propostas. O que há de real nesta nova ofensiva midiática dos grandes do planeta?

**Toussaint** - O montante em jogo - escassos um bilhão de dólares em quatro anos - significa menos de 0,1% do orçamento militar dos Estados Unidos no mesmo período. Por outra parte, um bilhão de redução representam 0,05% da dívida externa total do Terceiro Mundo, que oscila atualmente em uns 20 ou 30 bilhões de dólares (segundo o Banco Mundial, Global Development Finance 199, Washington), montante que não inclui a parte correspondente aos países do ex-bloco do

**"Entre os que lutam a favor da abolição há quem se mostre positivo à ação de Clinton"**

Leste. É surpreendente, e ao mesmo tempo escandaloso, que uma proposta tão mesquinha de parte da maior potência do Planeta tenha sido recebida de forma tão positiva pelos meios de comunicação e, inclusive, por uma parte do mundo das organizações não-governamentais. É lamentável que no quadro dos que lutam a favor da abolição da dívida externa do Sul haja colegas que se mostrem positivos ante a ofensiva midiática da administração Clinton. Quando ainda economistas de direita, como Jeffrey Sachs, têm expressado que a proposta de Washington é totalmente insuficiente.

**Adverso** - Insuficiente e um tanto cínica, considerando-se a dimensão real do tema da dívida?

**Toussaint** - Certamente. E nega um elemento histórico chave. A grande crise do endividamento do Terceiro Mundo que estourou em 1982 se deveu em grande parte ao efeito conjugado da alta repentina dos juros, decidida pela Reserva Federal dos Estados Unidos nos finais de 1979; a queda das rendas de exportação dos países do sul e ao freio nos créditos bancários. Sem esquecer algumas cifras decisivas: entre 1982 e 1988, em menos de duas décadas, os países de periferia pagaram em conjunto mais de quatro vezes o que deviam. Mesmo assim, o montante da dívida resultava em 1998 três vezes e meia mais do que em 1982! Crescimento que se acompanha com uma tendência cada vez mais irreversível: a dos credores internacionais, sejam estes o banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Clube de Paris (que reúne os governos do Norte, portanto os credores), ou o Clube de Londres (os bancos privados do Norte), ditando suas condições aos países endividados.

**Adverso** - Chegamos a um ponto determinante da nova realidade mundial e dos mecanismos de dependência... A relação entre dívida externa e planos de ajuste...

**Toussaint** - Sem dúvida. Obra mestra dessas condições: a ampliação dos planos de ajuste estrutural que constituem uma ferramenta para domesticar os países de Terceiro Mundo e o Leste Europeu. E que implica no aumento do desemprego (23 milhões de postos de trabalho perdidos no sudeste asiático desde a crise de 1997); redução drástica dos gastos sociais; aceleração das privatizações; degradação da saúde e educação; desajustamento das relações de trabalho; aumento desenfreado do número de pessoas que vivem abaixo do nível da pobreza absoluta...

**Adverso** - Junto com isto, a panacéia da iniciativa dos países mais empobrecidos altamente endividados (HIPC), que trata de criar ilusões aos últimos da pirâmide planetária, mas sem resultados até agora muito otimistas...

**Toussaint** - Acabo de regressar de uma viagem de trabalho a Mali e Senegal, dois dos países que fazem parte das 41 nações mais endividadas envolvidas na iniciativa HIPC. Posso afirmar, no caso de Mali, que as medidas tomadas em Washington no final de setembro de 1999, pelo Banco Mundial e o FMI com o apoio do Clube de Paris, representaram, no melhor dos casos, uma redução de somente 8% de sua dívida externa. Além disso, é muito provável que o que pagará Mali depois de ver "reduzida" sua dívida será mais alto do que o país pagou nestes últimos anos e que represen-

tou mais de 20% dos ingressos fiscais do Estado. Nada para comemorar! Mali é hoje um país de dez milhões de habitantes, com mais de 80% de analfabetismo e com mais de 70% da população que vive abaixo dos níveis de pobreza absoluta. Com classes escolares com 80 alunos por aula (chegando a 110 no campo). Menos de 10% da população têm acesso a luz elétrica e há duas linhas telefônicas para cada mil habitantes. 34% da população de Mali morrerão antes de chegar aos 40 anos!

**Adverso** - Poderíamos concluir esta reflexão afirmando que a resolução estratégica e de fundo da dívida externa dos países do Sul está muito longe de qualquer otimismo oficial tal como o apresentam os governos e um setor da comunidade não-governamental dos países do Norte?

**"Mali tem mais de 80% de analfabetismo e mais de 70% da população é miserável"**

**Toussaint** - Certamente. É um desafio aberto, muito grande, que exige o aprofundamento da mobilização da cidadania que vem aumentando paulatinamente. Constatamos que muitos atores e iniciativas, tanto no Norte como no Sul, multiplicam esta mobilização. Desde o Jubileu 2000, até a ATTAC, que apóia a anulação geral da dívida pública dos países dependentes e a utilização dos recursos liberados a favor das populações e do desenvolvimento duradouro. Nosso comitê, o CADTM, defende a mesma reivindicação da ATTAC internacional. Destacando que, para nós - que apoiamos também a aplicação da Taxa Tobin - esses recursos devem ser colocados em um fundo de desenvolvimento nacional controlado pelos movimentos sociais. Mobilização, mobilização e mais mobilização. Tal como acertamos em junho passado em Paris, no Encontro Internacional, organizado pela ATTAC, coordenado pela CADTM, o Fórum Mundial de Alternativas e a Development of Alternatives for Women in a New Era (DAWN). Acertamos ali encontros de convocação e protestos. Como, por exemplo, durante a próxima Cúpula do G7, de Okinawa, em julho, ocasião oportuna para exigir novamente a anulação da dívida dos países do Sul e do Leste.